

Governo quer estar atento à Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, lançou no fim de semana mais um alerta referente às ilusórias esperanças criadas em torno da Assembleia Nacional Constituinte. Falando a um grupo de empresários de Itapema, no interior de Santa Catarina, ele chamou a atenção para o perigo da criação de falsas expectativas diante da nova Constituição. Em suas palavras, manifestações puramente eleitorais têm induzido a opinião pública a acreditar que o texto a ser preparado pelos constituintes removerá todos os males nacionais, acabará com as diferenças sociais e resolverá os desafios econômicos. Citou exemplos constituintes anteriores, verberando a iniciativa de se recheiar a Constituição de questões meramente circunstanciais, isto é, casuísticas, e deu um novo passo: mesmo que se chegue a uma Constituição simples, clara, objetiva e direta, será preciso pensar num reordenamento institucional que contemple esquemas estáveis de poder.

Maciel tocou no fio de sustentação capaz de derrubar o muro das ilusões erigido pela extinta Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Porque outra coisa não fizeram os notáveis senão construir obstáculos a um trabalho constituinte capaz de compatibilizar a realidade com as necessidades do País. Redigiram um texto para outro planeta, prolixo e detalhista, onde até as balizas e a atual dívida externa são contempladas com artigos. O resultado, se vitorioso o espírito sustentado pelos pupilos de mestre Affonso Arinos, será uma Constituição ainda mais casuística e, por ironia, imaginando abrir, capaz de fechar por completo os horizontes institucionais brasileiros. E, como é grande o perigo de a Assembleia Nacional Constituinte contagiar-se com a tese da comissão provisória, até por falta de alternativas concretas, lança-se o ex-governador de Pernambuco numa espécie de campanha de esclarecimento da opinião pública. Não o faz de maneira isolada, é evidente. Age por inspiração própria, mas respaldado pelo presidente da República, a quem tem dado conhecimento prévio de suas colocações e com quem as discute minuciosamente.

Se a população ficar na expectativa de que bastará a nova Constituição para acabar com a fome, a miséria, a doença e as desigualdades sociais, seguir-se-á uma das maiores frustrações nacionais de todos os tempos. A Constituição deve definir diretrizes e princípios gerais, mas jamais poderá ser confundida com um programa de governo.

O Poder Executivo, como disse Sarney há uma semana, não cruzará os braços diante dos trabalhos constituintes. A Assembleia será soberana e deterá o poder de chegar ao texto que sua maioria bem entender. Por esses motivos, e também por não ter gostado do anteprojeto dos notáveis, o chefe do governo não o enviará ao palácio do Congresso, mesmo se receber solicitação formal. O que não significa, porém, que se manterá alheio. A forma de o Palácio do Planalto influir nos debates e decisões será através das amplamente majoritárias bancadas do PMDB e do PFL. Os líderes constituintes da Aliança Democrática manterão reu-

niões frequentes com Sarney e seus ministros, a partir de fevereiro do próximo ano. Cada proposta apresentada no plenário e na grande comissão constitucional merecerá análises minuciosas do Executivo, que não deixará de alertar suas bancadas e de buscar com elas, através dos líderes, pontos de entendimento.

Mais do que saber de que maneira se reunirão os constituintes, ou se Câmara e Senado funcionarão conjuntamente com a Assembleia, importa ao Executivo rastrear o trabalho objetivo de redação da nova Carta. Uma espécie de superaparado de radar será montado no Palácio do Planalto, provavelmente numa das salas do Gabinete Civil, de maneira a acompanhar dia a dia a tendência das bancadas majoritárias, procurando afastá-las das ilusões prolixas e casuísticas. Não ter um anteprojeto, como o presidente Sarney não terá, está longe de significar descaso ou fatalismo. Porque o governo se julga tão participante da recomposição das instituições nacionais quanto a Assembleia Constituinte. Afinal, se essa funcionará no plano teórico das idéias e das formulações, aquele não terá abdicado de suas prerrogativas de conduzir o País ao século XXI dentro das paralelas da democracia e do crescimento econômico. Tudo o que possa colocar em risco essas metas será, no mínimo, objeto de discussões e de ponderações.

A impressão do presidente e de seus ministros e assessores é de que o PMDB e o PFL façam de 70 a 75% das bancadas do futuro Congresso, a funcionar como Assembleia Constituinte. Ninguém imagina que essa vasta massa de deputados e de senadores funcione em uníssono, ou, pior ainda, à maneira de marionetes. Prevê-se que, no exame de cada sugestão, maiorias e minorias se foquem diferentemente, ora optando para um lado, ora para outro. Será preciso, no entanto, dispor de uma espécie de balizamento central, em condições de evitar excessos, aventuras ou passos em falso. As direções dos dois partidos estarão na cabine de comando e a tripulação da aeronave será exclusivamente composta de constituintes. Mas o radar, na torre de controle, ficará ligado 24 horas por dia, objetivando evitar vôos por zonas de turbulência e acompanhando decolagem e aterrissagem em pista segura. Melhor imagem não haverá para o processo, até porque, ouvida nos centros maiores de poder, ontem.

Marco Maciel preocupa-se com a possibilidade de os constituintes repetirem os notáveis e chegarem a uma Constituição de mais de 400 artigos, onde tudo se encontre definido e detalhado, sem margem a adaptações e evoluções que só o futuro determinará. Amarrar cada hipótese, cada instituição e cada meta nacional a centenas de artigos específicos representará o primeiro passo para que a Constituição não funcione, seja descumprida e, a seguir, desmoronada, abrindo-se logo campanha para nova Assembleia Nacional Constituinte. Os detalhes devem caber à lei complementar e ordinária, em condições de ser modificada e emendada de acordo com as circunstâncias e a evolução do processo político. Encher a Constituição de princípios afetos à lei e até a portarias e decretos significa imobilizá-la, e ao País.

C.C.